



XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

Desafios da Gestão Universitária no Século XXI

Mar del Plata – Argentina

2, 3 e 4 de dezembro de 2015

ISBN: 978-85-68618-01-1

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: A PÓS-GRADUAÇÃO

ROSEMERI NUNES FELJÓ

UFRGS

rosemerif@hotmail.com

Resumo:

Este artigo trata da internacionalização da Educação Superior no Brasil, avaliando a pós-graduação, tomando como referência o Protocolo de Bolonha e a globalização do ensino superior. Como política educacional, a internacionalização tem sido um diferencial entre os programas de pós-graduação que buscam a excelência acadêmica através da avaliação da CAPES. Sendo uma das metas do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020, editado pela CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a internacionalização da pós-graduação brasileira. O PNPG tem como objetivo definir diretrizes, estratégias e metas para a política de Pós-Graduação e pesquisa no Brasil. Onde a internacionalização da pós-graduação é um dos requisitos mais bem vistos pela CAPES em sua avaliação trienal dos Programas de Pós-Graduação, onde são avaliados e a eles deferidos conceitos.

Palavras-chave: Internacionalização. Pós-Graduação. Ensino Superior. PNPG-CAPES.

Introdução

Esta pesquisa objetiva analisar dados coletados junto ao site da CAPES, do CNPq, do Ministério das Relações Exteriores, e do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), elaborado pela CAPES. Na presente pesquisa, diante do pano de fundo do fenômeno contemporâneo da globalização e da internacionalização do ensino superior no Brasil, avaliamos a cooperação internacional como uma política educacional visando a promoção da internacionalização.

A Pós-Graduação no Brasil

A Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira, aprovada em 1961, embora possibilitando certa flexibilidade em sua implementação, na prática, reforçou o modelo tradicional de instituições de ensino superior vigente no país. Também se manteve focada no ensino, não se preocupando em investir no desenvolvimento da pesquisa. Essa Lei fortaleceu a centralização do sistema de educação superior, mas trouxe como novidade a garantia da representação estudantil nos colegiados, no entanto, sem especificar a respectiva proporção (OLIVEN, 2002).

Com a tomada do poder pelos militares, em 1964, as universidades, principalmente as públicas, passaram a ser controladas diretamente pelo governo federal. A reforma universitária começou a ser debatida exclusivamente nos fechados gabinetes da burocracia estatal. Em 1968, sob pressão dos movimentos estudantis no Brasil e no mundo, iniciou-se uma nova discussão, e, finalmente, o Congresso Nacional aprovou a Lei da Reforma Universitária (Lei 5540/68). Com ela, vieram a expansão e a segmentação do sistema de ensino superior. Com a reforma, foi estabelecida a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como o regime de tempo integral e a dedicação exclusiva dos professores, valorizando a titulação e a produção científica. Houve também uma tendência a enviar professores universitários brasileiros para o exterior para obterem uma formação avançada.

Essas medidas contribuíram para o desenvolvimento da Pós-Graduação e das atividades de pesquisa. A Lei 5540/68, da Reforma Universitária, era dirigida às IFES (Instituições Federais de Ensino Superior), mas como uma grande parte do setor privado dependia de subsídios governamentais, seu alcance foi além do setor público, atingindo instituições privadas, as quais procuraram se adaptar a algumas de suas orientações. Logo após 1968, com a pressão do aumento das vagas, ocorreu uma expansão do setor privado com a anuência do governo federal. O setor público foi o grande responsável pelo desenvolvimento da Pós-Graduação e das atividades de pesquisa (OLIVEN, 1990).

Os militares, por questões estratégicas, viam com bons olhos a expansão do setor privado em nível de graduação; e a importância dada ao desenvolvimento econômico fez com que os militares brasileiros incentivassem a formação de recursos humanos de alto nível, sendo que as universidades públicas foram escolhidas para atingir este fim. Com a Reforma Universitária de 1968, houve incentivo para a criação da Pós-Graduação, mestrado e doutorado, estimulando as atividades de pesquisa, que é o núcleo da PG.

Esse crescimento foi alavancado quando a Pós-Graduação tornou-se o principal foco das políticas de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, no início dos anos 1970 (SCHWARTZMAN, 1991). Essa ação fazia parte da estratégia do governo brasileiro de desenvolvimento econômico do país. Mais tarde, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1996, sob o nº 9.394/96, introduziu o sistema de avaliação das instituições de ensino superior, condicionando seus respectivos credenciamento e credenciamentos ao desempenho apurado por essa avaliação.

O processo de avaliação realizado pela CAPES, implantado em 1976, apesar de enfrentar críticas e questionamentos pela comunidade acadêmica e científica, trouxe significativa contribuição para a reconhecida qualidade da Pós-Graduação no Brasil, garantindo um alto índice de credibilidade nacional e internacional, fazendo com que, cada vez mais, os cursos de Pós-Graduação sejam procurados por estudantes estrangeiros.

O avanço da internacionalização na educação superior no Brasil a partir do Protocolo de Bolonha

A internacionalização do ensino superior, já existente, teve uma maior visibilidade a partir do Processo de Bolonha. Esse processo iniciou-se formalmente em maio de 1998, em Paris, quando os Ministros da Educação da Alemanha, da França, da Itália e do Reino Unido assinaram uma declaração conjunta com o objetivo de construir um “espaço europeu de educação superior”, a chamada Declaração de Sorbonne. No ano seguinte, em junho de 1999, os ministros de 29 Estados europeus, incluindo Portugal, subscreveram a Declaração de Bolonha, na qual assumem como objetivo o estabelecimento, até 2010, de um espaço europeu de educação superior coerente, compatível, competitivo e atrativo para estudantes europeus e de outros países.

Em 1998, os ministros responsáveis pela educação superior da Grã-Bretanha, da Alemanha, da Itália e da França, reunidos nesse último país, pronunciaram-se, na Declaração de Sorbonne, a favor da criação de uma Área de Educação Superior Europeia (European Higher Education Area). Esse documento foi a pedra fundamental do processo posterior de reforma sancionada em 1999 com a Declaração de Bolonha. (NEVES, 2011, p. 182).

Esse processo é o ponto de partida de uma série de ações políticas que tinham o propósito de criar um sistema de ensino superior europeu globalizado, competitivo e coeso até o final da década de 1990. Um dos objetivos era o de promover a mobilidade dos estudantes, dos professores e dos pesquisadores. Desse modo, para facilitar essa troca, era preciso criar uma equivalência de estudos, uniformizando os métodos a fim de garantir uma melhora na qualidade da docência e incorporar a dimensão europeia no ensino superior em outros países.

Para Dias Sobrinho (2005), a Declaração de Bolonha:

[...] é o registro formal de um importante processo que visa criar uma sólida convergência na educação superior europeia, a fim de que esta responda adequada e eficientemente aos problemas, oportunidades e desafios gestados pela globalização da economia. Daí a necessidade de adaptar os currículos às demandas e às características do mercado de trabalho, impulsionar a mobilidade de estudantes, professores e funcionários e, não menos importante, tornar a educação superior atraente no mercado global. (DIAS SOBRINHO, 2005a, p. 4).

A globalização do conhecimento e da economia promoveram mudanças na educação superior, devendo esta se adequar de maneira a responder as demandas geradas pelo mercado global. Tendo em vista essas mudanças, a Europa criou esse processo dinâmico que visava, sobretudo, aumentar a capacidade europeia de competição no cenário de globalização (NEVES, 2011).

Essa reforma não é imposta aos governos nacionais nem às universidades; a Declaração de Bolonha é um compromisso voluntário de cada país europeu signatário, no sentido de reformar o seu próprio sistema de ensino. O processo surgiu por meio de acordos e

projetos e da necessidade e vontade de partir, através dos estudos, em busca de novos horizontes, interagindo em outros países que pudessem oferecer novos conhecimentos técnicos e culturais, por meio de intercâmbios. Em um primeiro momento, somente os países da Comunidade Europeia faziam parte desse acordo, mas, aos poucos, outros países foram aderindo-o e readequando o seu ensino superior.

O que em um primeiro momento era apenas uma sugestão de um protocolo entre países europeus, passou, posteriormente, a ser uma necessidade para todos os países e uma nova oportunidade para adquirir um conhecimento mais amplo e diversificado. Para muitas nações, esse acordo foi mais que acadêmico; foi comercial. Isso porque esses alunos também consumiam e pagavam taxas no país que os acolhiam, e o que parecia bom, como a troca de conhecimento, tornou-se algo também lucrativo.

Alguns países, como os da Europa e os EUA, sempre foram os maiores receptores de estudantes, pois ofereciam muitos atrativos, além de renomadas universidades. Outrossim, os alunos podiam trabalhar e ganhar algum dinheiro para custear suas despesas. Com o passar do tempo, outros países começaram, paulatinamente, a fazer parte desse intercâmbio, como os da América Latina e os da África. Esses países enviam mais alunos do que recebem e, com isso, eles não têm ganhado economicamente com esse tipo de acordo.

É interessante enfatizar que um processo que começou na Europa acabou influenciando o mundo inteiro. O Brasil não ficou de fora dessas novas iniciativas de internacionalização, na grande maioria, relacionadas à mobilidade de estudantes, à participação de docentes em eventos no exterior e à publicação em periódicos internacionais.

A influência da globalização na internacionalização do ensino superior

Ao abordar a temática da internacionalização do ensino superior, não se poderia deixar de mencionar o processo de globalização. De Witt (1998) destaca que a internacionalização é um processo e ao mesmo tempo uma resposta à globalização, mas não deve ser confundida com a globalização por ela mesma. Internacionalização inclui tanto aspectos locais como internacionais, bem como elementos interculturais.

Para os países em desenvolvimento, a internacionalização do ensino superior pode ser considerada como uma forma estratégica para sua inserção no mundo globalizado. Para entrar nesse tema, é importante, portanto, definir o que se entende por internacionalização, principalmente porque concebo, na mesma linha de Knight (2010), que a internacionalização da educação superior tem aumentado tanto em importância quanto em significados. Nas suas palavras:

Internacionalização é um termo que significa diferentes coisas para diferentes pessoas. Para alguns, significa uma série de atividades como a mobilidade acadêmica para estudantes e professores; redes internacionais, associações e projetos; novos programas acadêmicos e iniciativas de pesquisa. Para outros, significa a transmissão de educação a outros países, através de novas disposições, como as sucursais de universidades ou franquias, usando uma variedade de técnicas presenciais e à distância. Para muitos, significa a inclusão de uma dimensão internacional, intercultural e/ou global dentro do currículo e o processo de ensino-aprendizado. Ainda outros vêem a internacionalização como centros regionais de educação, hot spots, aldeias de conhecimento. Os projetos de desenvolvimento internacionais foram percebidos tradicionalmente como parte da internacionalização e, mais recentemente, o aumento da ênfase no comércio da educação superior também está sendo visto como internacionalização. Logo, a internacionalização é interpretada e utilizada de maneira diferente nos países ao redor do mundo. (KNIGHT, 2010, p.1).

Vários autores têm discutido a relação entre globalização e internacionalização da educação superior. Para alguns, a globalização gerou o fenômeno da internacionalização. Luciane Stallivieri (2012), em entrevista para o site Uol, seção Ensino Superior, diz:

A partir da década de 90, a demanda da globalização gerou o fenômeno da internacionalização. A própria universidade começou a perceber que não está preparada para atender a essa demanda e passou a capacitar os seus profissionais. Foram criados departamentos, assessorias, coordenadorias, diretorias e eventualmente pró-reitorias para tratar do tema. Esses departamentos passaram a centralizar todas as informações relacionadas à internacionalização: bolsas de estudos, grupos de pesquisa, assinatura de novos convênios de cooperação internacional. Começaram a mudar os conceitos do que é cooperação técnica, cooperação dada e cooperação recebida. Começou-se a tratar também de questões de cooperação multilateral e cooperação bilateral e surgiu o conceito de criação de redes de cooperação internacional. (STALLIVIERI, 2012).

Existe uma grande discussão acerca dos termos globalização e internacionalização do ensino superior, e os autores Altbach e Knight (2007) fazem uma distinção entre os dois termos. Para eles, a globalização se relaciona com o contexto de tendências econômicas e acadêmicas do século XXI, ao passo que a internacionalização é o conjunto de políticas e práticas empreendidas por sistemas acadêmicos, instituições e indivíduos para lidar com o ambiente acadêmico global. Mesmo havendo algumas divergências entre os autores, podemos entender a globalização como um fenômeno mais abrangente, não se referindo apenas à educação, mas também à economia e à cultura, envolvendo acordos comerciais; enquanto a internacionalização relaciona-se com as práticas exercidas no âmbito da educação por governos e instituições.

Mas, se por um lado, a internacionalização aparece como um fenômeno altamente valorizado no universo acadêmico, alguns autores sugerem que não se pode perder de vista que tal fenômeno se expandiu de forma vinculada ao processo de globalização; assim, a lógica capitalista – que em certo sentido o orienta – também se faz presente no processo de internacionalização.

Knight (2012) mostra preocupação em refletir sobre um conjunto de consequências imprevistas, inicialmente, do processo de internacionalização, desde a chamada “fuga de cérebros” até o aumento da “mercantilização da educação”. Cabe ressaltar que esta mesma autora tem se ocupado, de forma consistente, com a relação entre globalização e internacionalização, defendendo, nesse caso, que esses dois processos, embora diferentes, são associados de várias maneiras. Em um artigo de sua autoria, publicado no boletim Ensino Superior UNICAMP, ela explica:

[...] a globalização tem seu foco no fluxo mundial de ideias, recursos, pessoas, economias, valores, culturas, conhecimento, bens, serviços e tecnologias. A internacionalização enfatiza o relacionamento entre as nações, povos, culturas, instituições e sistemas. (KNIGHT, 2012, p.65).

Nesse sentido, Knight sugere que globalização, ao apontar para uma ideia de “fluxo mundial” muitas vezes pautada na competitividade e no comércio, impactou positiva e negativamente a internacionalização do ensino. Mas, ao mesmo tempo, o “crescimento desse ensino e sua inclusão nos acordos comerciais bilaterais e regionais fortaleceram a globalização” (KNIGHT, 2012, p.65).

Trata-se de processos que se sustentam; e, no entender da autora, não se pode perder de vista o foco nos valores, como “cooperação, parceria, troca, benefícios mútuos e aprimoramento da capacidade”, que norteavam tradicionalmente a ideia de internacionalização da educação superior. Isso porque, tendo em vista a sua associação com a globalização, no que se refere aos aspectos comerciais desta, há o risco de que a internacionalização se transfigure em um mercado de diplomas internacionais voltado a interesses individuais (KNIGHT, 2012).

As políticas de internacionalização da Pós-Graduação

A Pós-Graduação, atualmente, pode ser considerada o setor mais dinâmico do ensino superior brasileiro, tendo sofrido uma impressionante expansão nas últimas décadas. Essa expansão está relacionada ao desenvolvimento de políticas de fomento da pesquisa e da formação em nível superior, em especial pela institucionalização dos programas articulados pelo CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico –, vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia, e pela CAPES, vinculada ao Ministério da Educação.

O texto “Internacionalização da Educação Superior no Brasil” (LAUS; MOROSINI, 2005) procura explicar e avaliar a internacionalização da educação superior no país, examinando a região do Mercosul e os pontos de vista transnacionais. A partir dessa leitura, podemos identificar diferentes programas de internacionalização da educação superior, os quais podem ser nacionais, multilaterais e redes acadêmicas. O Mercosul, que teve início em 26 de março de 1991, quando Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram o Tratado de Assunción, foi criado com a intenção de dar um impulso às economias da região, especialmente na parte comercial. Sua criação também facilitou a integração da educação através do Setor Educativo do Mercosul (SEM), criado no mesmo ano, 1991 (LAUS; MOROSINI, 2005).

As universidades latino-americanas têm procurado desenvolver ações que visam à articulação, à cooperação e à convergência em várias modalidades de vinculação, como, por exemplo, a integração promovida por agentes econômicos e organizações da sociedade civil com participação das universidades; a cooperação científica e os intercâmbios bilaterais de investigadores entre pós-graduações, institutos e centros de pesquisa universitários; as redes de universidades, como o Grupo Montevideu; o Setor Educativo do Mercosul (SEM), como “instituição intergovernamental” (SANTOS; DONINI, 2011).

No entanto, deve-se levar em consideração que a inclusão da educação como atividade mercantil (prestação de serviços) a ser regulamentada pela OMC – Organização Mundial do Comércio – e o estabelecimento dos tratados de livre comércio (TLC) não apenas têm fortalecido a tendência à internacionalização da educação superior na América Latina, mas também o avanço dos processos de privatização, de comodificação e mercantilização da educação na região (LEHER, 2009).

O sistema de educação superior brasileiro é o maior da América Latina, assim como os programas de Pós-Graduação são considerados os mais desenvolvidos da região (MOROSINI, 2003). Isso faz com que esses programas estejam no centro da internacionalização universitária entre os países da América do Sul.

Enquanto a relação Brasil-América Latina foi, historicamente, mais próxima, o relacionamento entre África e Brasil ficou adormecido por muitos anos, na pós-abolição. Mas na década de 1990, a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) impulsionou a ligação entre o Brasil e os países africanos. Segundo Mungoi (2006), foi em torno da língua portuguesa que a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) se constituiu como comunidade, sendo a partir daí que as relações do Brasil com o continente africano se intensificaram. Tal aproximação ocorreu principalmente no governo de Luiz

Inácio Lula da Silva, em 2005, através de programas de cooperação que visavam melhorar as condições das populações africanas.

A função acadêmica da instituição de educação superior, isto é, se ela é mais voltada para o ensino ou para a pesquisa, determina o grau de internacionalização da instituição. No Brasil, as instituições que apresentam a pesquisa como atividade central, e, portanto, apresentam maiores possibilidades de internacionalização, são as estruturas de universidades, podendo ser públicas ou privadas. Já as faculdades que se limitam à atividade de ensino apresentam baixo nível de internacionalização. Aliás, são nas universidades que se encontram os programas de mestrado e doutorado baseados em critérios de internacionalização, sendo avaliados com base em sua produção científica, cultural, artística e tecnológica (LAUS; MOROSINI, 2005, p. 119-120).

A demanda por internacionalização pode ser considerada como o fator de mais alto impacto na conceituação de um programa de pós-graduação. (BRASIL, PNPG 2011-2020, CAPES, 2010).

No início do século XX, as universidades brasileiras se dedicaram a programas de desenvolvimento internacional, os quais, posteriormente, se converteram em projetos de investigação e esforços para fortalecer as instituições (LAUS; MOROSINI, 2005, p. 122). A internacionalização dos cursos de pós-graduação é uma das características mais bem vista pela CAPES, na avaliação dos Programas, incentivando, com isso, a criação de convênios e acordos entre o Brasil e outros países. O modelo tradicional de cooperação, em muitos casos, não simétrico, na absorção do conhecimento dos países do Hemisfério Norte, foi um dos primeiros instrumentos formais para a internacionalização.

Os estudos no exterior complementam os estudos de Pós-Graduação realizados no Brasil, capacitando mestres, doutores e pesquisadores de alto nível acadêmico para o ensino e a pesquisa em instituições de ensino superior. A internacionalização do ensino superior também é favorecida por agências internacionais, como Fulbright, Fundação Ford, British Council e DAAD – Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico.

De acordo com Lima e Maranhão (2009), a internacionalização no universo da educação pode ser ativa e passiva. A internacionalização ativa, que ainda é limitada a poucos países, se caracteriza pelo recebimento de docentes, pesquisadores e discentes estrangeiros, enquanto na internacionalização passiva predomina o envio de discentes, docentes e pesquisadores para instituições estrangeiras.

Conforme as autoras, a mobilidade no âmbito mundial possui uma grande disparidade entre os países considerados centrais e periféricos, no tocante a emissão e recepção de estudantes. Enquanto a internacionalização ativa está limitada a poucos países, a passiva está presente na maioria dos países semiperiféricos e periféricos¹ da economia-mundo, e seus resultados tendem a responder mais a interesses comerciais do que culturais.

Os principais responsáveis pelo menor crescimento da internacionalização passiva e ativa nos países são as limitações de financiamentos dos cursos internacionais e o desconhecimento de um segundo idioma por parte de professores e estudantes.

¹ **Países Periféricos** – São países com economia primitiva, baseada na agropecuária e na exportação de matérias-primas. Têm o menor grau de desenvolvimento e estão localizados na África, na América Central e no Oriente Médio.

Países Semiperiféricos – Também chamados de Países em desenvolvimento ou Países Emergentes, encontram-se em fase de desenvolvimento industrial, com a maioria da população concentrada nas cidades. São menos desenvolvidos do que os Países Centrais e mais desenvolvidos do que os Países Periféricos.

Conforme Knight (2005), na contemporaneidade, a internacionalização da educação tem evoluído da mobilidade de pessoas (manifestação recorrente) para a circulação de programas, abertura de campi (branch-campus), e instalação de instituições fora do país de origem.

A capacidade de atração de estudantes internacionais pela América Latina e Caribe é a mais baixa entre as diversas macrorregiões do globo, correspondendo à única região que apresentou redução do efetivo de estudantes internacionais entre 2004-2005 (de 36 536 para 33 987). De acordo com Lima e Maranhão (2009), parece que o sistema de educação superior ainda não alcançou maturidade e que os países ainda não dispõem de política capaz de estimular a internacionalização ativa. Governos e instituições dos países da região parecem mais desafiados a criar condições de acesso à educação à população autóctone. Enquanto a recepção de estudantes está restrita a poucos países, o envio de estudantes atinge praticamente todos eles. Conforme dados da UNESCO, 2007, o destino preferido pelos estudantes provenientes dos países da América Latina e Caribe são os EUA.

Os incentivos aos programas de intercâmbio como fortalecimento da política externa do governo brasileiro

A atual política educacional relaciona-se com a estratégia do governo de se fortalecer internacionalmente através de convênios de cooperação e acordos bilaterais, sendo o avanço internacional de importância vital para o progresso científico de qualquer nação.

As políticas de internacionalização da educação iniciaram-se timidamente, com a prática de intercâmbio de forma esporádica nas primeiras décadas do século XX, com estudantes latino-americanos. No entanto, a formalização de acordos do Brasil com países estrangeiros teve início após a Segunda Guerra Mundial. Durante os anos 1960, esse processo ocorria através de acordos bilaterais para a cooperação científica e tecnológica, nos quais a ampliação dos convênios e do número de estudantes-convênio e o movimento da reforma da universidade brasileira merecem ser destacados.

Conforme Franco (2002), foi na segunda metade do século XX que a cooperação ampliou-se e teve repercussões na educação superior, fortalecendo-se como uma importante ferramenta de relacionamento. Entretanto, a internacionalização só ganhou proporções mais importantes nos anos 1970. O processo de globalização e o aumento massivo do acesso de informações permitiram que partes significativas do setor acadêmico do Brasil se unissem ao resto do mundo acadêmico.

Em 1990, quando se acentuou o processo de globalização, a internacionalização da universidade se tornou um fator-chave da educação superior. A internacionalização passou a significar a abertura das portas das universidades, com o objetivo de torná-las respeitadas, conhecidas e competentes para responderem às exigências de sua comunidade, do mercado de trabalho e das ações decorrentes do processo de integração.

As instituições começaram a encontrar nos programas de cooperação internacional um incremento de competência no desenvolvimento de sua missão social (STALLIVIERI, 2004). A cooperação internacional, através do intercâmbio de conhecimentos acadêmicos, técnicos, científicos e tecnológicos, está cada vez mais presente, promovendo o desenvolvimento e a aliança política e cultural entre as instituições, sociedades e Estados. Ela tem ocorrido especialmente entre os países em desenvolvimento, com o programa de mobilidade discente e docente, e a oferta de bolsas de estudo como parte dos acordos na área da educação.

Os principais setores responsáveis pela internacionalização da educação superior no Brasil são o Ministério da Educação, o Ministério de Ciência e Tecnologia e o Ministério das Relações Exteriores. Entre estes, o papel mais importante cabe ao Ministério da Educação, como agente para sua regularização, com base na Lei nº 9.394, de 1996, lei para regulação e

base da educação nacional. Essa lei define os princípios e as metas da educação nacional, os direitos à educação, a obrigação de educar, a organização da educação nacional, os níveis e modos de educação e ensino, entre outros aspectos. Os departamentos do Ministério da Educação, que tem como função cuidar das relações internacionais, são: o Departamento de Assessoria Internacional da Secretaria de Educação Superior e o Departamento Assessor para Assuntos Internacionais.

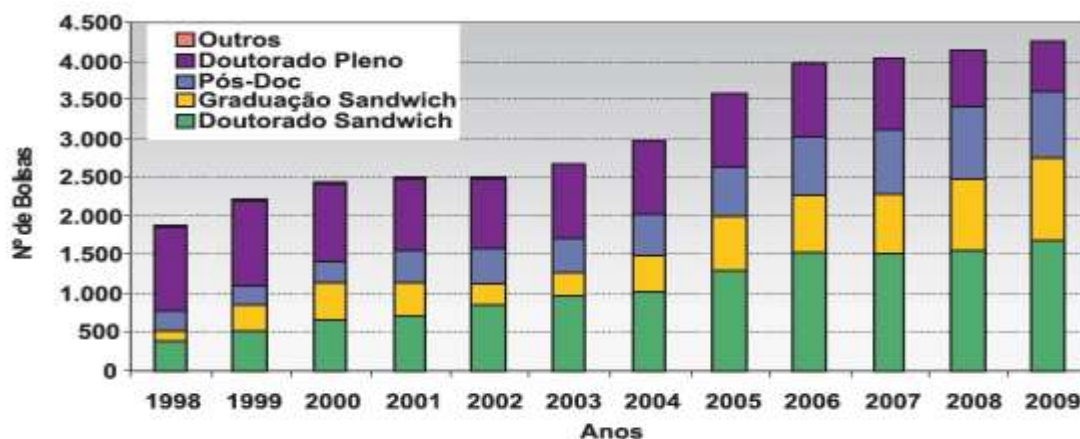
O PNPG-CAPES e a internacionalização

A busca pela internacionalização da educação superior está presente no PNPG 2011-2020 da CAPES como uma das metas maiores do sistema. Com o intuito de fortalecer a internacionalização, na próxima década a CAPES deverá priorizar duas ações, em sentidos opostos, porém complementares, atraindo em diferentes programas mais estudantes e docentes estrangeiros, e enviando mais estudantes e pós-doutores ao estrangeiro para realizarem a formação no exterior, visando à dinamização do sistema de captação do conhecimento. Segundo dados da Polícia Federal, entre 2006 e 2010, o número de alunos estrangeiros saltou de 934 a 2.278, crescendo 144%, embora, se comparado ao universo dos estudantes, ainda seja um número insignificante.

Nas últimas décadas, as políticas de Estado e do Governo Federal na área da educação foram mais consistentes e eficazes, sendo uma iniciativa do governo federal a promoção da consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio de alunos de graduação e pós-graduação.

Também é importante mencionar a circulação de publicações internacionais no Brasil, a publicação de estudos científicos em periódicos de circulação internacional, atualmente classificados pelo sistema Qualis (periódicos e livros); o intercâmbio de mestrandos e doutorandos para enriquecer sua formação no exterior, em que, atualmente, se destacam os programas denominados “doutorado-sanduíche” (CNPq e CAPES).

Gráfico 1 – Evolução das concessões de bolsas no exterior – todas as modalidades



Fonte: CAPES PNPG – 2011-2020 , vol. 1, pág. 239.

Segundo o Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 elaborado pela CAPES, o Brasil entrou no século XXI como uma nova potência emergente, com a perspectiva de tornar-se a quinta economia do planeta no decênio 2011-2020; e isso é muito importante para o país, mostrando que este já atravessou e deve continuar a passar por inúmeras mudanças em diversos segmentos da economia, cujos reflexos serão sentidos em diferentes setores da sociedade, incluindo o ensino superior.

De acordo com dados disponibilizados pelo PNPG da CAPES, no ano de 2009, o Brasil titulou 11 368 doutores, número notável quando comparado com outros países da América do Sul.

Tabela 1 – Número de alunos matriculados, novos e titulados no Brasil (1987-2009) – Doutorado

Ano	Matriculados	Novos	Titulados
1987	8366	1796	864
1988	8842	2070	917
1989	10070	2382	1006
1990	11940	2933	1204
1991	13140	3500	1365
1992	14733	3561	1529
1993	16651	4140	1667
1994	18788	4887	1899
1995	21121	5334	2277
1996	22198	5159	2985
1997	24528	6199	3620
1998	26828	6744	3949
1999	29998	7903	4853
2000	33004	8444	5335
2001	35134	9101	6040
2002	37728	9935	6894
2003	40213	11343	8094
2004	41312	9639	8109
2005	43958	9784	8991
2006	46572	10559	9366
2007	49668	11214	9919
2008	52761	12854	10718
2009	57923	14155	11368

Fonte: Estatística da CAPES/MEC – CAPES PNPG – 2011-2020, vol. 1, pág. 68.

Os dados apresentados na Tabela 1 mostram um crescimento ininterrupto do número de alunos matriculados. Porém, chama a atenção o número de titulações de doutores, visto que

no ano de 2003 houve 1200 titulados a mais em relação ao ano anterior, enquanto em 2004 o número é de apenas 15 titulados a mais, em comparação ao ano anterior. Especialmente a partir da década de 2000, a avaliação anual e trienal dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras, baseada em um conjunto de critérios que busca aliar qualidade e eficiência, resultou na política de redução do tempo médio de titulação e no aumento da produção docente-discente veiculada em periódicos classificados pela relevância nacional e internacional.

Segundo o PNPG-CAPES A Pós-Graduação brasileira está se tornando referência mundial, uma vez que os resultados alcançados têm impressionado pelo tamanho e pela qualidade dos Programas, excelência esta expressa principalmente pelos indicadores de altos níveis na produção científica, medida pela publicação de artigos em periódicos de circulação internacional indexados. Em 2008, o Brasil ocupava o 13º lugar na base do Institute for Scientific Information (ISI) e o 14º na base Scopus. No entanto, em 2009, conforme a Tabela 2, em ambas as bases, o Brasil aparecia na 13ª posição em número de artigos publicados (CAPES PNPG – 2011-2020, vol. 1).

Tabela 2 – Número de artigos publicados nas bases ISI e Scopus em 2009.

Países	ISI		SCOPUS	
	Rank	Nº Artigos	Rank	Nº Artigos
USA	1	341.038	1	383.712
CHINA	2	118.108	2	282.628
UK**	3	92.628	3	115.461
GERMANY	4	89.545	4	111.172
JAPAN	5	78.930	5	106.535
FRANCE	6	65.301	6	83.120
CANADA	7	55.534	7	70.388
ITALY	8	51.606	8	66.958
SPAIN	9	44.324	10	56.197
INDIA	10	40.250	9	56.579
SOUTH KOREA	11	38.651	12	47.208
AUSTRALIA	12	38.599	11	48.876
BRAZIL	13	32.100	13	39.690
NETHERLANDS	14	30.204	14	37.696
RUSSIA	15	30.178	16	33.737
TAIWAN	16	24.442	15	34.035
TURKEY	17	22.037	17	26.795
SWITZERLAND	18	21.800	18	26.585
SWEDEN	19	19.611	19	24.122
POLAND	20	19.513	20	23.064
BELGIUM	21	16.865	22	20.972
IRAN	22	14.919	21	21.663
ISRAEL	23	11.979	23	16.120
AUSTRIA	24	11.347	26	14.397
DENMARK	25	11.200	27	14.167
GREECE	26	10.598	25	14.746
FINLAND	27	9.971	29	13.136
MEXICO	28	9.612	24	15.684
HONG KONG SAR	29	9.458	28	13.185
NORWAY	30	9.232	30	12.209
Sub-total		1.369.580		1.830.837

Fonte: CAPES PNPG – 2011-2020, vol. 1, pág. 229.

Podemos perceber que a classificação do Brasil, no que se refere a artigos publicados, em relação aos outros países classificados na tabela 2, se encontra logo após os países de língua inglesa. O aumento da produção científica brasileira através da publicação de artigos em periódicos internacionais relaciona-se à crescente redação em língua inglesa, em especial, devido às crescentes exigências da produção acadêmica. Sendo isto algo imprescindível nos dias atuais, principalmente dentro deste processo de maior globalização, o autor que possui uma boa redação em língua inglesa tende a publicar mais e, conseqüentemente, a ser mais citado em outros trabalhos, obtendo uma maior visibilidade no meio científico. O grau de internacionalização da produção científica é considerado um dos critérios mais relevantes para

se medir o mérito da produção. É a inserção global que indica a participação de um país na produção científica mundial (FIORIN, 2007).

Outro fator importante é a política de cotutela, que permite a dupla diplomação de alunos de Pós-Graduação, regulamentação da Formação Pós-Graduada com Titulação Simultânea em Dois Países. Esta compreende as normas e as modalidades de desenvolvimento de atividades, no âmbito da Pós-Graduação Stricto Sensu, possibilitando aos alunos da UFRGS e aos alunos de instituições estrangeiras em parceria de cotutela com a UFRGS a obtenção concomitante de diploma nesta Universidade e em outra instituição estrangeira congênere e, também, a formação de alunos estrangeiros no Brasil, seja no nível de graduação, seja no nível de Pós-Graduação.

Recentemente, o Brasil criou o Programa Ciência sem Fronteiras, lançado no dia 26 de julho de 2011, trata-se de um programa do Governo Federal que busca promover a consolidação, a expansão e a internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio de alunos de graduação e pós-graduação e da mobilidade internacional. O projeto prevê a concessão de até 75 mil bolsas em quatro anos. A iniciativa é fruto de esforço conjunto do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e CAPES –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC.

O projeto prevê a utilização de até 101 mil bolsas em quatro anos para promover intercâmbio, de forma que alunos de graduação e pós-graduação possam estagiar no exterior com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e à inovação. Além disso, busca atrair pesquisadores do exterior que queiram se fixar no Brasil ou estabelecer parcerias com os pesquisadores brasileiros nas áreas prioritárias definidas no Programa, bem como criar oportunidade para que pesquisadores de empresas recebam treinamento especializado no exterior.

A questão das relações internacionais, até meados do século passado, era baseada na segurança das fronteiras, no diálogo político entre altos representantes e na defesa de setores do comércio exterior. Mas, atualmente, outras dimensões da interação entre agentes internacionais vêm ganhando importância. Entre elas, se destaca a educação, sendo um tema que diversificou as relações internacionais nas últimas décadas.

Através da cooperação educacional, a Política Externa Brasileira atua em pelo menos três segmentos:

- 1) Economia: na qual a educação relaciona-se diretamente com a qualificação da mão-de-obra de um país, agindo no desenvolvimento econômico deste;
- 2) Política: na qual a cooperação educacional, ao promover a aproximação entre os Estados, principalmente a crescente cooperação entre países em desenvolvimento, representa parte de uma agenda positiva da política externa;
- 3) Cultura, na qual o estreitamento de laços entre as sociedades é realizado através da convivência, do aprendizado do idioma e da troca de experiências, favorecendo o aumento da compreensão mútua e da tolerância (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2012).

Conclusão

O processo de internacionalização da educação superior, principalmente na pós-graduação tem avançado através da política de intercâmbios internacionais, cada vez mais acessíveis, que visam promover a troca cultural e de conhecimentos acadêmicos. Esta expansão é promovida e apoiada pelas agências de fomento como podemos comprovar nos editais promovidos pela CAPES e CNPq, e nos resultados e nas metas para a pós-graduação brasileira, apresentados no PNPG 2011-2020. A multiplicação de setores de relações

internacionais dentro das universidades nas últimas décadas também demonstra o valor que se tem atribuído à cooperação internacional, a qual se apresenta como uma possibilidade de promover o desenvolvimento econômico e social e a convivência entre culturas e sociedades.

Referências

DE WIT, Hans. Rationales for internationalization of higher education. *Millenion*, n. 11, 1998.

DIAS SOBRINHO, José. Dilemas da Educação Superior no Mundo Globalizado. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

KNIGHT, J. Internationalisation: Key concepts and Elements. In: EUROPEAN UNIVERSITY ASSOCIATION. *Internationalisation of European Higher Education*. Berlin: Raabe, 2010.

LAUS, Sonia; MOROSINI, Marília. Internacionalización de la educación superior en Brasil. Capítulo 4. In: DE WIT et al. *Educación Superior en América Latina: La dimensión internacional*. Bogotá, Colômbia, v.1, p. 113-149, 2005.

LIMA, Manolita Correia; MARANHÃO, Carolina Machado Saraiva de. O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva. *Revista de Avaliação da Educação Superior*. Campinas, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 583-610, Nov. 2009.

LEHER, Roberto. Estrategias de mercantilización de La educación y tiempos desiguales de los tratados de libre comercio: El caso de Brasil. In: GENTILI, Pablo et al. *Políticas de privatización, espacio público y educación en América Latina*. Rosário: Homo Sapiens Ediciones, 2009, p. 15-66.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Reforma e desafios da educação superior: processo de Bolonha dez anos depois. *Sociologia & Antropologia*, v. 01, p. 181-207, PPGSA/UFRJ, 2011.

OLIVEN, Arabela C. A paroquialização do ensino superior: classe média e sistema educacional no Brasi. Petrópolis: Vozes, 1990.

OLIVEN, Arabela C. Histórico da Educação Superior no Brasil. In: SOARES, Maria Susana Arrosa (Org). *Educação superior no Brasil*. Brasília: CAPES, 2002, p. 31-42.

Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020. Coordenação de Pessoal de Nível Superior. Brasília, DF: CAPES, 2010.

SANTOS, M. R. S. ; DONINI, A. M. C. Políticas de Integração e Internacionalização da Educação Superior no MERCOSUL Educativo. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; PINI, Mónica Eva; FELDFEBER, Myriam (Org). *Políticas Educacionais e Trabalho Docente. Perspectiva Comparada*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011, v. 10, p. 91-116.

SCHWARTZMAN, S. A Space for Science: the Development of the Scientific Community in Brazil. University Park: Pennsylvania State University Press, 1991. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/sitesimon/?lang=pt-br>>. Acesso em: 11 de abril de 2013.

STALLIVIERI, Luciane. Ser internacional não é luxo. [02/2012]. São Paulo: Ensino Superior. Entrevista concedida a Lucia Jahn. Disponível em: <<http://revistaensinosuperior.uol.com.br/textos.asp?codigo=12108>>.